

RELATO ETNOGRÁFICO: METODOLOGIA DIALOGADA COMO CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE¹

Olávia Fernandes²
 Emily Macedo dos Santos³

RESUMO

O presente artigo é um relato, fruto de uma pesquisa realizada durante a fase de observação a uma aula de campo, parte do componente curricular de Antropologia da Educação. Este trabalho surgiu a partir da identificação da necessidade da prática de novas metodologias que venham a desconstruir as normas educacionais, estabelecidas como padrão normativo, que regem a instituição escolar. O objetivo deste estudo etnográfico é evidenciar as lacunas identificadas no que concerne ao acolhimento de cidadãos estudantes na primeira fase de aprendizado e que apresentam um baixo rendimento escolar. Para tanto, utilizou-se a metodologia da observação participativa. Para o embasamento teórico, foram utilizados o conceito de educação a partir de Tosta (2011), que investiga a forma com que a educação acontece em cada indivíduo; e também se recorreu a Freire (1996), o qual admite uma metodologia de ensino através dos saberes dos indivíduos desenvolvidos na sociedade. Conclui-se que o acompanhamento dos educadores deverá observar as relações sociais dos estudantes no cotidiano escolar, refletindo sobre as dificuldades vivenciadas por eles e as consequências na vida escolar desses jovens.

Palavras-chave: Educação recreativa, inclusão escolar, metodologia participativa.

INTRODUÇÃO

No Brasil, impera o modelo de escola estruturalmente curricular e com formação ainda baseada na meritocracia. Esse modelo não propicia igualdade de acesso à informação para todos os indivíduos. A escola tradicional desconsidera o conhecimento das classes populares e institui o modelo de aluno ideal.

Nesse paradigma, poucos alunos conseguem competir com tal padrão. Muitos não assimilam os conteúdos da mesma forma, tendo em vista suas diferentes visões de mundo, criações intelectuais e especificidades no seu modo de vida.

O componente curricular “Antropologia da Educação”, do curso de Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, nos possibilitou a visita à escola N.S.C., na cidade Bananeiras-PB, para observar essas questões. A aula de campo foi fundamentada

¹ Esta pesquisa foi desenvolvida no componente curricular “Antropologia da Educação” no Curso de Sociologia na Universidade Estadual da Paraíba. O Resumo Expandido desta pesquisa foi apresentado no ENID-UEPB. A pesquisa foi dirigida pela professora antropóloga Cristiane Maria Nepomuceno, lotada no departamento de Ciências Sociais da UEPB, crismarianepomuceno@hotmail.com;

² Estudante de Sociologia na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, olavia.fernandes@gmail.com;

³ Estudante de Sociologia na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, emimacedo970@gmail.com;

na observação da prática do componente. Na ocasião, pudemos observar a estrutura da escola, suas normas, regras e a metodologia usada no âmbito escolar.

Também conhecemos o corpo docente, a parte da organização da escola, os funcionários, os educadores e como eles interagem entre si. A visita com olhar etnográfico nos permitiu relacionar o elemento da política pública, com base nos Direitos Humanos, com a metodologia usada na escola de Bananeiras, e tecer uma comparação com a didática que é regida na escola regular.

Analisar uma proposta antagônica a que nos é instituída pelas diretrizes mecânicas do sistema educacional Brasileiro é renovar padrões estabelecidos. As salas de aula são reproduzidas de forma única com paredes, carteiras, lousa e pincel para quadro branco, além do livro didático selecionado pelas diretrizes educacionais do país, com ideias e ensino com características padronizadas e/ou normatizadas.

Não defendemos que o modelo da escola atual seja totalmente descartado, precisamos de um lugar específico para a produção intelectual e teórica. Precisamos também da parte prática, a qual não envolve somente a atividade racional.

Segundo Sandra Pereira Tosta (2011), o que faz de nós seres humanos não é somente nossa capacidade de racionar. A autora afirma que o que nos faz humanos é também nossa capacidade de aprender.

Essa capacidade de aprender não está atrelada essencialmente à sala de aula. O aprendizado está em todo lugar, em qualquer pessoa, ou seja, o/a aluno/a quando chega à escola, já traz uma bagagem de conhecimento cultural de sua família ou lugar de origem. Assim, a proposta de aprendizado humanizado deveria começar respeitando o lugar de fala de cada indivíduo. Dessa forma, um aprenderia com o outro e assim sucessivamente.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo investigativo de base etnográfica, tivemos como objetivo geral evidenciar as lacunas identificadas no que concerne ao acolhimento de cidadãos estudantes na primeira fase de aprendizado que apresentam um baixo rendimento escolar. Para andamento da pesquisa, utilizamos a metodologia da observação participativa, durante uma aula de campo realizada em uma escola na cidade de Bananeiras-PB.

1 EDUCAÇÃO NA ESCOLA N.S.C: A SOMA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA ALTERNATIVA

A escola N.S.C. está localizada na área rural da cidade de Bananeiras na Paraíba e atende a 18 comunidades próximas. O espaço é amplo, com portas largas de acesso ao interior da escola. As entradas possuem portões vazados, de forma que possibilitam o contato com quem está além dos muros. Essa escolha do modelo do portão vazado quebra com a individualidade e o isolamento das pessoas em relação à sociedade.

O projeto educativo na escola N.S.C teve início em 2005, na modalidade de EJA, com o objetivo de alfabetizar os adultos na região. Inicialmente, esse projeto foi dirigido pelas freiras. Depois, a demanda da instituição cresceu. Atualmente, as freiras não estão mais à frente do projeto pedagógico.

A estrutura física permaneceu com a ajuda dos maristas e da Secretaria da Educação Continuada. Mantendo o foco de alfabetização e acrescentando a prática da diversidade e da inclusão social. O regimento educacional e a sociabilidade interna (alunas/os e funcionários) e externa (familiares e comunidade) são os colaboradores da construção do prédio atual.

A didática ofertada tem como pauta metodologias alternativas que relacionam o aprendizado do aluno com a *práxis* do trabalho do educador. A educação com fins transformadora fixa, não somente novas metodologias, como também possibilita um engajamento político coletivo em prol de preservação de sua cultura e valores (BORGES; SILVA, 2012).

Percebemos que a instituição não tem suporte para atender a demanda de matrículas solicitadas. A capacidade máxima é de 270 alunos e existe uma lista de espera de 100 crianças esperando abrir vaga para ingressar na escola. Possivelmente, essa lista de espera se dê pela eficácia do projeto, que visa crianças livres/libertas pelo pátio, convivendo com as outras naturalmente, sem fazer distinção de rico, pobre, de “normal” e “anormal”.

Porém, mesmo desfrutando de toda essa liberdade, são disciplinadas, ou seja, as crianças que ali estudam estão cientes do cumprimento de seus deveres e ao mesmo tempo têm liberdade em suas ações.

No lado externo da escola, temos a visibilidade dos muros que a cercam, há portões e gradeados. No interior, a infraestrutura segue a seguinte forma: a escola possui nove salas de aula, sala de professores, sala de leitura, banheiro adequado à educação infantil, sala de secretaria, despensa, pátio coberto, cozinha, almoxarifado, parque

infantil, vias com aperfeiçoamento para mobilidade reduzida, quadra, refeitório, auditório, sala de diretoria e banheiro com chuveiro. Conta ainda com 16 funcionários para atender a demanda da instituição de ensino e aprendizagem.

A higiene é perceptível. É organizada de maneira que todos possam participar da preservação da escola. A higienização da escola é mantida pelos próprios alunos. Semanalmente, eles são divididos em grupos que “limpam a escola na sexta-feira” (ALUNA DA ESCOLA, 2019). Esta iniciativa ajuda a desenvolver o senso de responsabilidade. Todos contribuem para manter o funcionamento da escola, ajudando a mantê-la aberta para uso próprio ou de outro estudante.

1.1 A “DIFERENÇA” FAZ A DIFERENÇA: UMA ESFERA DE OPORTUNIDADES

No primeiro momento de observação à escola na cidade de Bananeiras, presenciamos crianças em período recreativo. Pudemos ver as crianças correndo por todos os lugares possíveis, inclusive, por cadeiras e mesas. No segundo momento, pudemos observar a música ambiente e com volume mais razoável. E as crianças sob o comando da melodia apresentavam-se calmas e permaneciam sentadas. Também percebemos as professoras fazendo sinal de silêncio e as crianças obedecendo. Uma verdadeira indução para o exercício da autonomia⁴.

No recinto escolar, há alunos portadores de deficiência física ou com transtorno social⁵. A inclusão de crianças com síndrome de Down é notória, estas recebem uma atenção especial baseada na reciprocidade com outras crianças (MOURA, 2008, p. 47). Elas interagem entre si da mesma forma, independente do gênero e da sexualidade e matrizes religiosas.

Isso é possível porque há um projeto de ampliação da estrutura da escola, denominado de “a escola dos nossos sonhos”. Essa projeção externaliza perspectivas de uma educação que tenha efeito transformador. A arquitetura é uma planta da “escola idealizada” por alunos/as, professores e os pais dos estudantes. O projeto está posto a vista, como painel, nos corredores da escola. O projeto não só foi idealizado, mas

⁴ Conceito Paulo Freire (1996).

⁵ Conceito nomeado pela Doutora Jussara Natalia Moreira Bélen e Olávia Fernandes. No artigo: Os Outsiders da Educação: Permanência e Ausência de alunos/as com transtorno social. O transtorno social pode ser identificado pelos danos que estejam relacionados à condição financeira familiar. Estão relacionados à moradia, à mobilidade, ao vestuários, aos nutrientes alimentares, à sociabilidade, aos relacionamentos, à responsabilidade paterna/materna precoce, à repetência, à faixa etária, ao controle de natalidade, ao desemprego, entre outros elementos que desencadeiam patologias que interferem no desenvolvimento do indivíduo.

também foi desenhado como maquete ideológica para ser posto em prática no momento que surgir a oportunidade de concretizá-lo, conforme mostra a figura a seguir:

FIGURA 1 – Planta da escola idealizada pelos professores e alunos/as



Fonte: Emily Macedo Santos – aula de campo (2019).

Nesse projeto da figura 1, não haverá salas de aula e sim quiosques para os estudos. E seria implantado outras práticas de aprendizados. Já a figura 2, ilustra: “Nossos projetos 2019”, que alimentam perspectivas dos alunos em relação ao seu próprio futuro.

São exposições de miniprojetos de idealização ou projeção do que o aluno pretende ser ou exercer futuramente. Tudo isso é incentivado no recinto. Percebemos que essa metodologia é uma roda de engrenagem na formação do indivíduo, porque o faz perceber que ele pode ser o que quiser “ser”, desde que invista em si e para si.

Figura 2 – Mural com os Projetos da escola



Fonte: Emily Macedo Santos – aula de campo (2019).

1.2 TRANSTORNO E DIFERENÇA: UMA MEDIAÇÃO EDUCATIVA

As diferenças não são constituídas somente por pessoas portadoras de deficiência congênita. Pessoas portadoras de deficiência física passaram por longo processo de inclusão social e seguiram suas conquistas abarcando a inclusão educacional.

Embora já tenhamos avançado na conquista de direitos sociais para portadores de deficiência, em relação a outras civilizações antigas, a exemplo da Roma Antiga, percebemos que a presença de crianças, adolescentes e adultos no âmbito escolar é mínima. O motivo não é a falta de vaga e nem de escola física, mas sim a falta de política pública que abarque a causa (FERNANDES; SILVA, 2019).

As subversões do corpo do indivíduo atualmente receberam projetos de lei instituídos de acordo com cada cultura socialmente representada. Percebendo a necessidade de inclusão à Lei de Diretrizes e Bases de 1961, os artigos 88 e 89 dispõem acerca da necessidade da “educação de excepcionais [...], a fim de integrá-los na comunidade”. Já o Art. 89, afirma que “toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções” (BRASIL, 1961, s/p). O artigo 89 menciona que “cabe aos poderes públicos a questão de bolsas de estudo e empréstimos [...]” (BRASIL, 1961, s/p).

O artigo 58 (BRASIL, 1996, s/p) apresenta uma assistência sobre a educação especial: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino [...]”. Já o parágrafo 3, assevera que “a oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida” (BRASIL, 1996, s/p).

Subtendem-se com os artigos mencionado que os deficientes físicos alcançaram um amparo de inserção social de expansão nacional com a Constituição do Brasil, assim como está prescrito na Lei de Diretrizes e Bases que rege a educação. E de emergência alcançaram políticas públicas de caráter municipal que norteiam a vida acadêmica, profissional e outras necessidades de vivências.

As diferenças que não possuem um embasamento legal são os “transtornos sociais”⁶. Transtorno é contrariedade, decepção (MINIDICIONÁRIO PRÁTICO, 2008). Na área de saúde mental, o transtorno pode desencadear problemas variáveis que afetam o humor, o raciocínio e o comportamento.

Dificultando a sociabilidade do aluno/a, o transtorno não é detectado através de exames laborais (sangue, fezes, urina, etc.), por não se tratar de uma enfermidade acometida por protozoários, vírus, bactérias; e nem por exames de imagens (ressonância, ultrassom, raio X, etc.), por esses motivos não necessita, *a priori*, de um aval médico (FERNANDES; SILVA; RIBEIRO, 2019).

A didática tradicional não relacionada à prática da pedagogia da alternância resulta em desvio de comportamento que pode interferir na sociabilidade do indivíduo. O relato da estudante de sociologia nos apresenta como era a escola que a mesma estudava em São Paulo. Escola primária, com uma metodologia que mantinha o conceito da dialogicidade⁷:

Com 6 anos de idade, ingressei na primeira série na E.M.E.F Pedro Teixeira. As atividades passadas para a turma com apresentações de trabalhos não valiam nota. E as atividades que valiam nota sempre eram ressaltadas a importância puramente do conhecimento, raramente eram reprovados alunos da escola, o que dava uma sensação de tranquilidade. As notas eram divididas em “P”, “S”, e “NS”, que equivalem, respectivamente a Plenamente, Satisfatório e Não Satisfatório. A falta de pressão em relação às notas me fizeram, por diversas vezes, me destacar como uma das melhores alunas da escola, especialmente, em matemática, matéria nas quais cheguei a ganhar medalhas. Recordo-me perfeitamente da professora Rosemary, me pedindo para chamar outra professora para mostrar meu caderno de matemática, entre outros fatos (RELATO DE VIDA, 2019)⁸.

A percepção dos professores em torno do aluno/a é indispensável. É a atenção do educador que intervém na transformação do indivíduo na sociedade. O rendimento escolar e social depende da autoafirmação cultural, social e econômica. O discurso mudou quando “com 11 anos, me mudei com minha família para uma cidade do interior da Paraíba chamada Nova Palmeira. Nesa cidade, comecei a estudar na E.E.E.F.M Antônio Coelho Dantas” (RELATO DE VIDA, 2019)⁹.

Segundo a entrevistada, o sistema de avaliação era mais rígido nos primeiros anos de estudo. Essa escola trabalhava com o ensino instrumental científico e por isso “havia um alto índice de reprovação, o que acarretava um certo medo em mim, afinal, o

⁶ Termo criado pela Doutora em Educação Jussara Natália Moreira Bérens. No artigo “Os outsiders da educação: permanência e ausência de alunos/as com transtorno social”

⁷ Conceito de Paulo Freire (1987).

⁸ Estudante Universitária, Curso de Sociologia da UEPB.

⁹ IDEM 7.

modelo de escola na qual eu acabara de sair era totalmente diferente. Não houve sequer período de adaptação ou perguntas relacionadas [...] à metodologia” (RELATO DE VIDA, 2019)¹⁰. Comparando o relato de vida da aluna de Sociologia com o que Machado (2008) apresenta, tem-se que:

No processo de escolarização inclusive o erro deve ser considerado parte integrante da aprendizagem, não pode ser sinônimo de nota baixa ou de ‘caneta vermelha’ nas produções de alunos. A aprendizagem sugere dúvidas, acertos erros, avanços, descobertas. Suas fases não são lineares e constituem processos coletivos e/ou individuais, daí a importância do grupo e da colaboração entre os alunos da turma. Quando o conhecimento está imerso em uma rede de significações, o aluno efetivamente aprende, seja em grupo, seja individualmente (MACHADO, 2008, p. 72).

Assim, a exclusão escolar não se direciona somente a portadores de deficientes físicos e cognitivos. Mas, sim, às diferenças que não são percebidas socialmente nas subjetividades de cada indivíduo. Subjetividades intrínsecas com sua vivência, formas de pensar, de viver, de ser, de se vestir. Subjetividade que depende de como está sua vida financeira, sua vida emocional, sua reputação e tudo que envolve o indivíduo.

A inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humanas. Ela não está limitada a inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, pois beneficia todos os alunos, com e sem deficiência que são excluídos das escolas comuns, e denuncia o caráter igualmente excludente do ensino tradicional ministrado nas salas de aula do ensino regular (MACHADO, 2008, p. 69).

São amarras construídas dentro de um pensamento hegemônico. O ingressar na escola não significa que todos terão uma intimidade com o fazer instrumental científica. Significa ter uma interação social com todos que constituem a escola e formam a pluralidade de sua federação, para que assim possa se unir aos “seus”, ofertando a instituição a esses sujeitos o espaço que lhes é de direito, de acordo com suas escolhas.

Métodos de ensinos padrões podem gerar lacunas e podem desencadear alterações psicológicas e desencadear dificuldades permanentes para aqueles que não apresentavam dificuldade na aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A objetividade da escola em relação à transformação do indivíduo na sociedade é uma ação interessante, porque permite que o ambiente não somente seja um leque de

¹⁰ IDEM 7.

oportunidades, mas também pode ser comparado a uma rede devido a esfera de conflitos dualista.

“Dessa maneira, a ação educativa na escola torna-se uma complexa rede de interações, lugares onde se estruturam processos de produção de conhecimento e de inter-relações entre dimensões políticas, culturais, institucionais e instrucionais” (TOSTA, 2011, p. 246).

Quando se utiliza do cotidiano dos alunos para absolver e disseminar conhecimento, devemos atentar quanto aos processos civilizatórios que, por meio de falácias pseudopolítica educacionais, terminam moldando o indivíduo para ser cada vez mais produtivo socialmente, mas sem nenhum retorno participativo (TOSTA, 2011).

Assim, o modelo de ensino ideal a ser exercitado seria através de um olhar antropológico, que permita ao educador fazer construções a partir de recortes que embasem a materialidade do modo de vida do/a aluno/a.

Promover o espaço homologado pela garantia constitucional da família do indivíduo. Isso faria com que o aluno seja notado, visto e o mais importante: seja reconhecido, evitando, assim, o aumento da “[...] repetência, e a exclusão na e da escola, as dificuldades cognitivas, as relações professor/aluno, os desafios da didática [...] disciplinamento, as relações de gênero, e as preferências sexuais [...]” (TOSTA, 2011, p. 247).

É preciso pensar e desenvolver métodos de ensino que desfaçam toda exclusão curricular educacional. Abrindo espaços para outros instrumentos de ensino, como, por exemplo, a metodologia da escola N.S.C., em que os conteúdos são escolhidos mediante os anseios dos alunos. Dessa forma, a pluralidade cultural dos alunos é reconhecida.

Assim, os alunos aprendem da forma mais agradável. Percebemos que nessa escola impera um sistema que possibilita que todos tenham êxito em sua formação e podem aspirar a outros degraus, como a vida acadêmica, por exemplo. E isso é possível porque há a valorização dos saberes transmitidos pela cultura local (MANTOAN, 2008).

REFERÊNCIA

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 08 set. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Título X: Da Educação de Excepcionais. Lei nº 4.024, 20 de dezembro de 1961. Seção 1 de 27/12/1961. Coleção

de Leis do Brasil - 1961, p. 51, vol. 7. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BORGES, Heloisa da Silva; SILVA, H. da. A Educação do Campo e a organização do trabalho pedagógico. **Educação do campo: epistemologia e práticas/** Evandro Ghedin (org.). 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FERNANDES, Olávia; SILVA, Tedma de Farias. **Educação: Política de Desenvolvimento no Ensino Médio.** Campina Grande, 2019, p. 1-6.

FERNANDES, Olávia; SILVA, Tedma de Farias; RIBEIRO, Rayanna Felipe. **Os Outsiders da educação: Permanência e Ausência de Alunos com “Transtorno Social”.** Campina Grande, 2019, p.5.

FREIRE, Paulo. A dialogicidade: essência da educação como prática da liberdade. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 77-120.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 12-52.

MACHADO, Rosângela. Educação Inclusiva: revisar e refazer a cultura escola. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O Desafio das Diferenças nas escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 69-75.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). Ensinando a Turma Toda: As Diferenças na Escola. In: **O Desafio das Diferenças nas escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 59-67.

MINIDICIONÁRIO PRÁTICO: Língua Portuguesa: A/ Z.-São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2008.

MOURA, Margarida Seabra de. Revisando Conceitos: O Necessário da Construção da Identidade a Partir das Diferenças. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O Desafio das Diferenças nas escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 45-49.

TEBET, Senador Ramez. Capítulo V: Da Educação Especial. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, 2005, p. 25-26.

TOSTA, Sandra Pereira. Antropologia e educação: Interfaces em construção e as culturas na escola. In: **Rvistainter-legere**, n. 9, Natal, PPGCS/CCHLA-UFRN, 2011, p. 234-252.